

Instrumentos econômicos e logística reversa: o caso da lata para bebidas

*2º Seminário Paranaense de Logística Reversa
Curitiba (PR)*

Renault Castro
Presidente Executivo
Abralatas

* Os conceitos e pontos de vista expressos nesta apresentação são de responsabilidade exclusiva do autor e não foram submetidas ao Conselho de Administração da Abralatas, não representando necessariamente, portanto, a política e as práticas adotadas pela Instituição.

Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio - Abbralatas

Membros

Associados



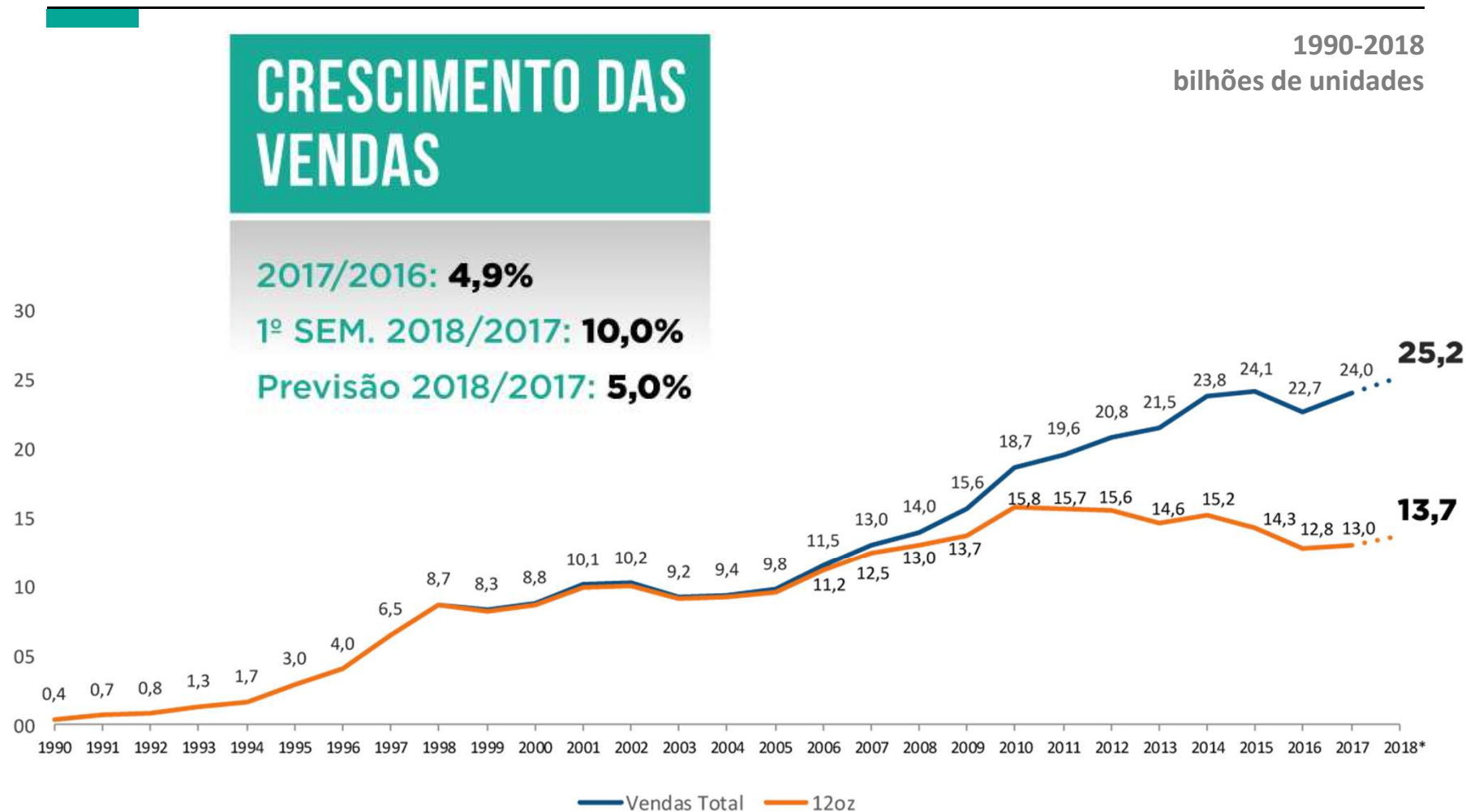
Afiliados





A lata de alumínio para bebidas em números

Brasil. Vendas por formato de latas de alumínio para bebidas.



Fonte: Abiralatas; * projeção de crescimento de 5% sobre 2017.

Mundo. Reciclagem da lata de alumínio para bebidas.

LATA DE ALUMÍNIO PARA BEBIDAS

**Certificada como
a embalagem mais
reciclada do mundo**

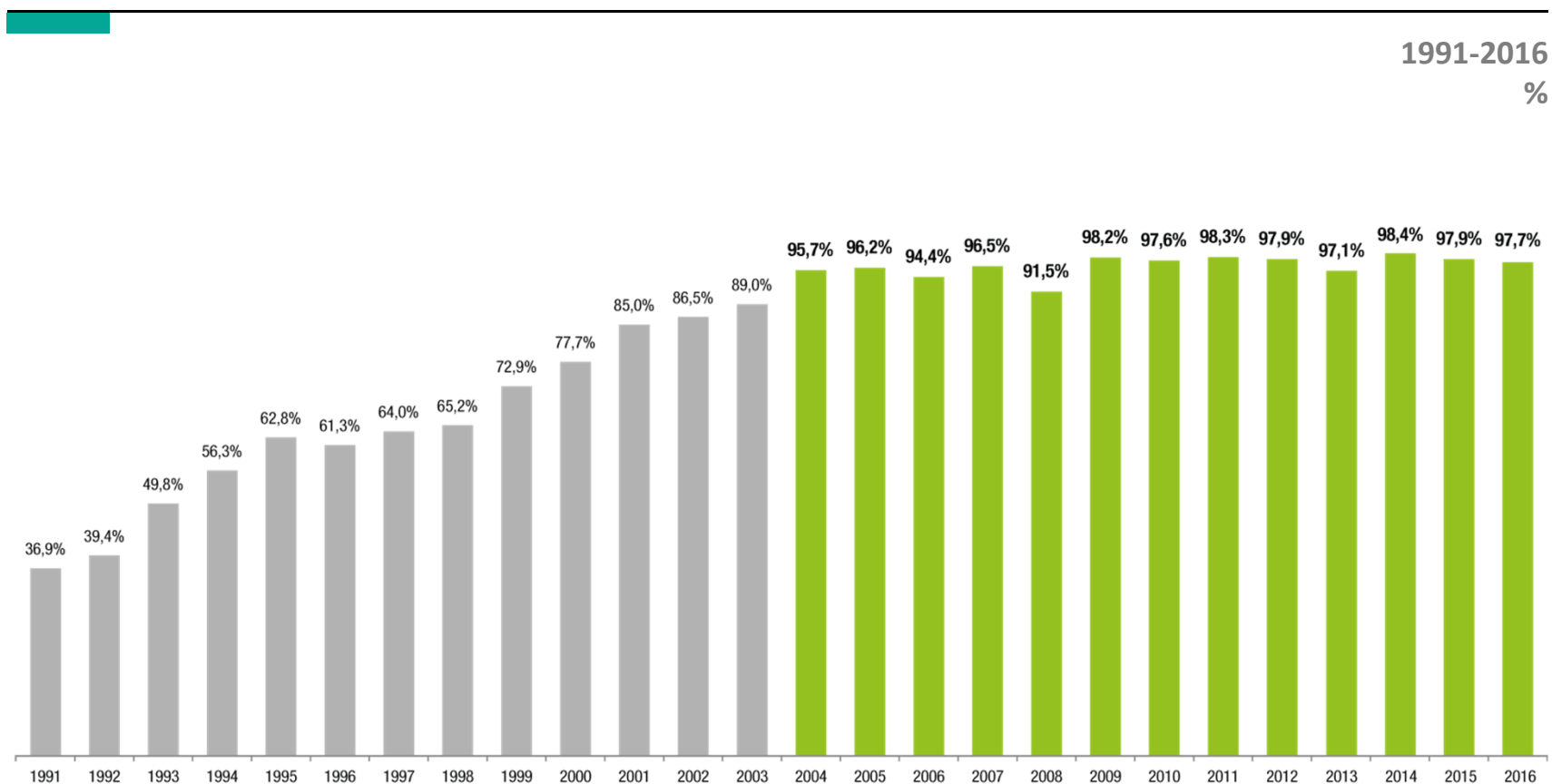
(Resource Recycling Systems).

Índice de reciclagem
no Brasil* **98%**

*2016



Brasil. Evolução do índice de reciclagem da lata de alumínio para bebidas.



Fonte: Abralatas/ABAL. Elaboração: Abralatas.



A logística reversa da lata de alumínio



Brasil. Logística Reversa da lata de alumínio para bebidas.

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

•Conceitos:

›Logística reversa: **viabilização da coleta e da restituição dos resíduos sólidos** para reaproveitamento ou outra destinação adequada;

›Responsabilidade compartilhada: **atribuições individualizadas** e encadeadas para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos e para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida [de cada] produto.

•Princípios:

›**Ecoeficiência**: viabilidade econômica com minimização de impactos ambientais e à saúde;

›**Razoabilidade e proporcionalidade**.



Brasil. Logística Reversa da lata de alumínio para bebidas.

Histórico

- **1989:** início da indústria;
- **1991:** início dos trabalhos de reciclagem;
- Necessidade de vencer a inércia;
- Pioneirismo em logística reversa de larga escala;
- Investimentos na indústria de reciclagem desde 1990: mais de US\$1 bilhão;
- Razões do sucesso: livre mercado
 - Compra garantida (capacidade instalada suficiente);
 - Preços justos (commodity);
 - Fonte relativamente estável de renda;
 - Facilidade de venda (centros de coleta).



Modelo comprovadamente eficiente dos pontos de vista econômico, ambiental e social.

Brasil. Logística Reversa da lata de alumínio para bebidas.

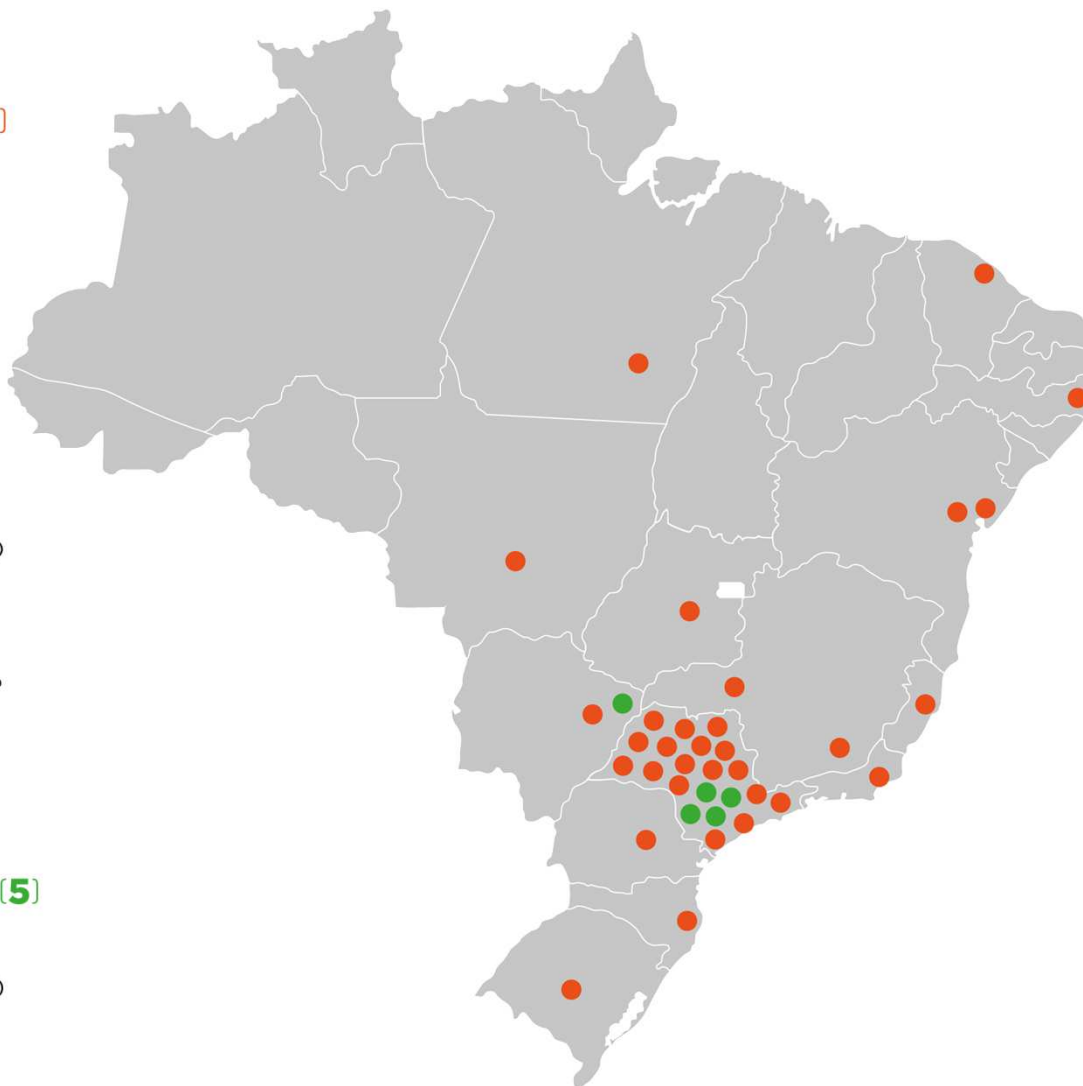
Cobertura dos Centros de Coleta e das unidades Recicladoras

CENTROS DE COLETA (29)

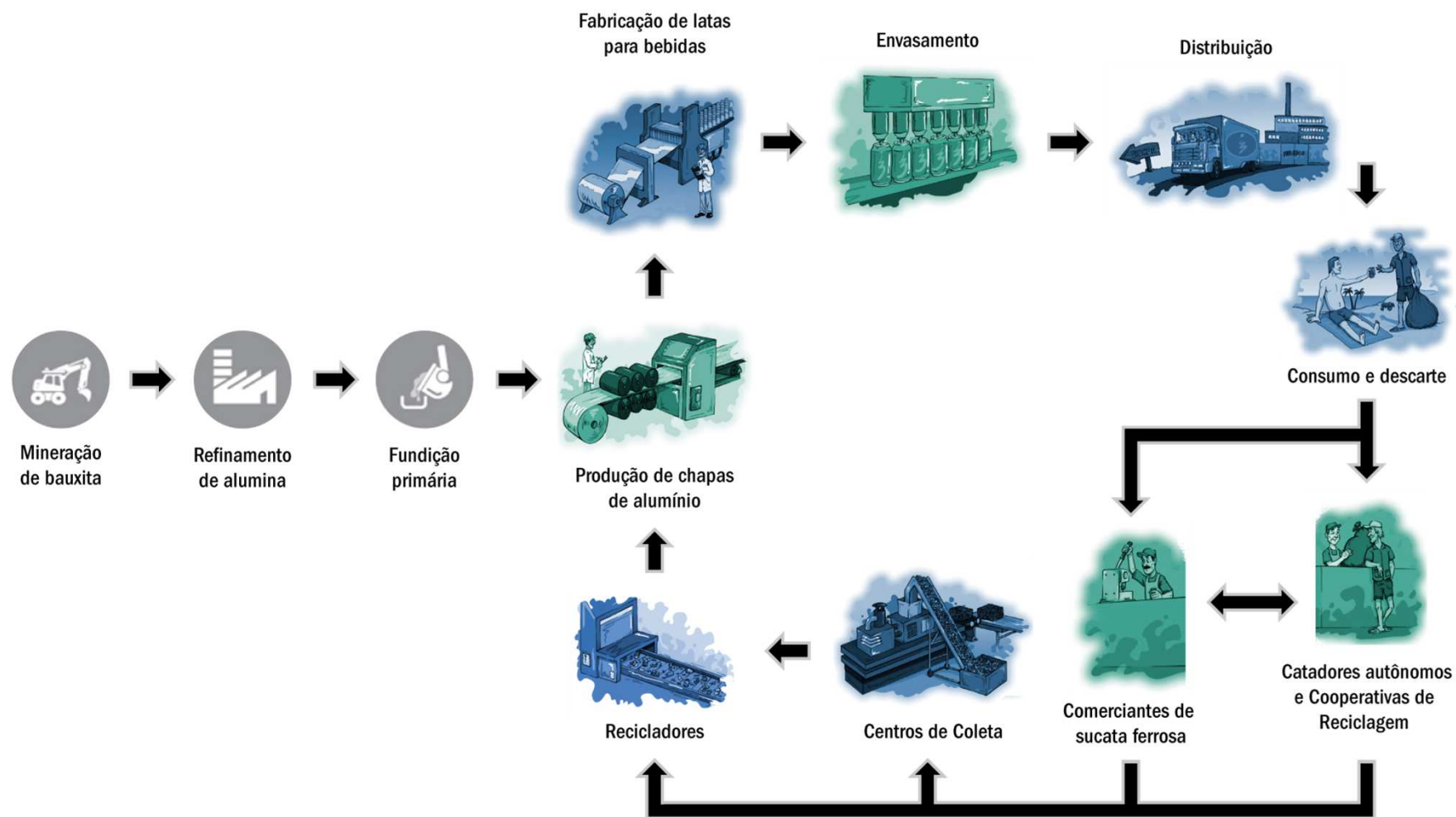
Ananindeua/PA
Cachoeirinha/RS
Campinas/SP (2)
Campo Grande/MS
Cuiabá/MT
Curitiba/PR
Duque de Caxias/RJ
Florianópolis/SC
Fortaleza/CE
Goiânia/GO
Itaquaquecetuba/SP
Itu/SP
Juiz de Fora/MG
Osasco/SP
Pindamonhangaba/SP (2)
Presidente Prudente/SP
Recife/PE
Salvador/BA (2)
São Caetano/SP
São José do Rio Preto/SP
São Paulo/SP (2)
São Vicente/SP
Sertãozinho/SP
Uberlândia/MG
Vitória/ES

PLANTAS DE RECICLAGEM (5)

Itaquaquecetuba/SP
Paranaíba/MS
Pindamonhangaba/SP (3)



Brasil. Ciclo de vida da lata de alumínio para bebidas.



Brasil. Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- **Conceito de política pública:**

- Atendimento do interesse público com isonomia, eficiência, eficácia etc.

- **Principais objetivos da PNRS:**

- Redução dos resíduos sólidos e disposição adequada de rejeitos;
- Estímulo a padrões sustentáveis de produção e consumo;
- Gestão integrada de resíduos sólidos.

- **Requisitos para eficiência e eficácia da PNRS:**

- Impossibilidade de implementação simultânea/uniforme;
- Implementação gradual, mediante priorização (identificação de gargalos, riscos políticos, ajustes dinâmicos);
- Envolvimento de todos os atores (setores público e privado);
- Isonomia entre tipos de embalagens e materiais (esforço de investimento de acordo com cada caso; quem polui mais deve investir mais); e
- Responsabilidade compartilhada (abrangência de todos os setores; atuação do Executivo).



Brasil. Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Opinião sobre a PNRS (Acordo Setorial de Embalagens em Geral):

- Bons resultados na Fase 1 (2012-2017): meta de redução de embalagens disposta em aterros sanitários foi batida (13,3% x 21,3%);
- Participação do governo federal (GF) foi insuficiente:
 - Conceitos/requisitos de RC e LR não foram observados;
 - Princípios da ecoeficiência e razoabilidade/proporcionalidade não foram observados.
- Não houve isonomia de tratamento entre materiais: e.g. embalagens de vidro sequer fizeram acordo com GF; acordo com embalagens de aço foi diferente do acordo com a Coalizão;
- Não houve entendimento entre o GF e MP quanto à construção e implementação da PNRS;
- Choque entre as interpretações e avaliações do GF e MP resultou em substancial ineficiência econômica (social e privada), ineficácia em detrimento do interesse público;
- **O ciclo produtivo da lata de alumínio preenche todos os requisitos da Lei 12.3015/10 mas, ainda assim, seus fabricantes e recicladores respondem a ACPs como se nada reciclassem.**



Brasil. Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Atuação do Ministério Público no Acordo Setorial (AS) de Embalagens em Geral:

- Lei da PNRS não é inconstitucional e nem desarrazoada;
- Convergência entre MP e Executivo é essencial;
- Sem convergência, a PNRS perde eficiência como política pública;
- Perda para coletividade;
- Implementação por município é ineficiente (5.570 municípios!).

Necessidade de convergência entre os diversos níveis do governo e entre esses e o MP para estabelecer política nacional.



Tributação Verde



Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas

Objetivo: melhoria do bem-estar dos catadores e aumento da competitividade de materiais recicláveis (não apenas latas).

Fase I (2010 – 2013)

- Seminários para catadores em sete capitais do N, NE, SE e S;
- Explicações sobre PNRS: conceitos, benefícios, direitos e obrigações;
- Aproximação com MP, governo, academia, produtores e recicladores;
- Gestão de cooperativas;
- *Platts Global Metal Awards for Corporate Social Responsibility.*

Fase II (2014 – 2016)

- Debate sobre Tributação Verde (TV): tributação de acordo com impactos ambientais;
- Geração e divulgação de conteúdo específico.

Fase III (2017 -)

- Debate sobre a viabilidade da implementação da TV.



Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas
Tributação Verde

TV: bandeira da Abralatas

Origem:

- Discriminação da lata na tributação de embalagens para cervejas e refrigerantes até 2011: lata pagava mais IPI e PIS/Cofins por litro do que vidro e PET;
- Argumentação da Abralatas incluía benefícios sociais e ambientais;
- 2011: isonomia; reconhecimento de grave distorção em desfavor da lata;
- **Revelação (EURECA!): benefícios ambientais e sociais da reciclagem da lata, no caso, não são levados em conta pela Receita Federal no tratamento tributário.**



Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas
Tributação Verde

Base constitucional:

- “**Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
...
VI - Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
...
Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

(Constituição Federal brasileira de 1988)



Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas
Tributação Verde

Base econômica

“A literatura econômica mostra que é possível, e desejável, usar instrumentos tributários para onerar atividades com externalidades negativas (ou seja, aquelas em que o custo social seja maior que o custo privado, caso, por exemplo, de uma atividade poluidora) ou incentivar ações com impactos ambientais positivos”.

(Economista Bernard Appy, O Estado de São Paulo, 06/03/2018).



Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas
Tributação Verde

Base econômica

“O sistema de preço precisa ser corrigido. A tributação sustentável é um caminho nesta direção para que os preços relativos mudem. As coisas que são ambientalmente muito onerosas vão ter que ficar mais caras relativamente às coisas que são menos impactantes”.

(Economista Eduardo Giannetti, Ciclo de Debates Abralatas 2014).



Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas
Tributação Verde

Lógica

Quanto maior o dano ambiental, maior deve ser a carga tributária sobre os diversos bens e serviços.

Objetivos:

- Precificar os danos ➡ custos de produção;
- Capturar custos ambientais via tributação;
- Interferir na competitividade ➡ aumento de investimentos ambientais ➡ inovações em produtos e processos;
- Criar nova forma de competição: “a concorrência ambiental”;
- Aumentar reciclagem ➡ aumentar valor pós-consumo de recicláveis ➡ aumento de renda para catadores;
- Estímulo para crescimento de uma indústria/setor: reciclagem;
- Chegar a uma Economia Circular e reduzir poluição.



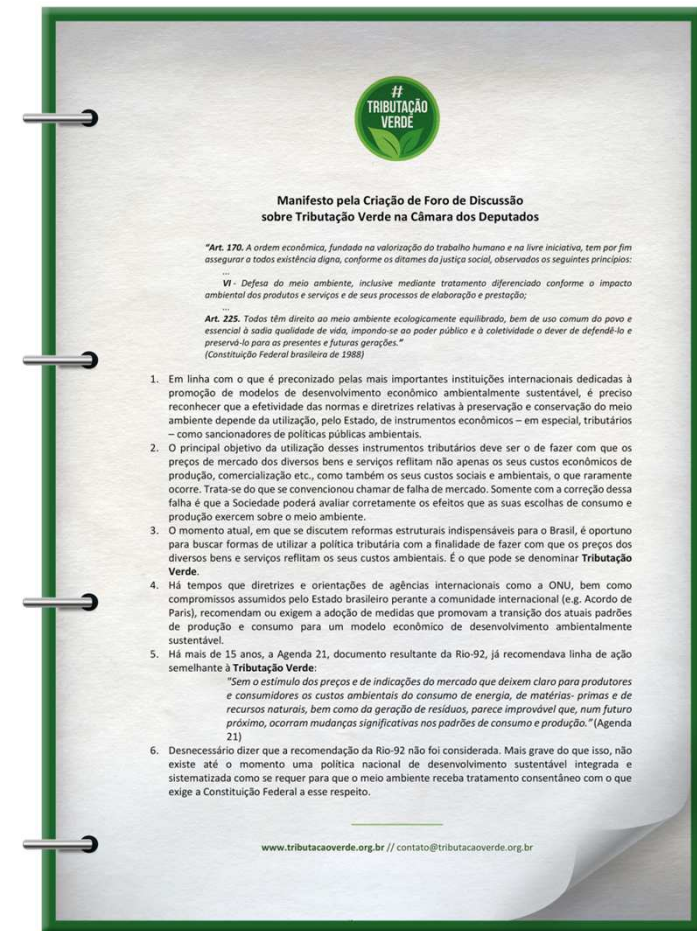
Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abралatas Tributação Verde

Iniciativa da Abралatas:

Manifesto pela Criação de Foro de Discussão sobre Tributação Verde na Câmara dos Deputados, lançado em setembro de 2018.

- Principal objetivo: utilização de instrumentos tributários para fazer com que os preços de mercado dos diversos bens e serviços reflitam não apenas os seus custos econômicos de produção, comercialização etc., como também os seus custos sociais e ambientais (falha de mercado que não permite avaliação correta de danos ambientais).

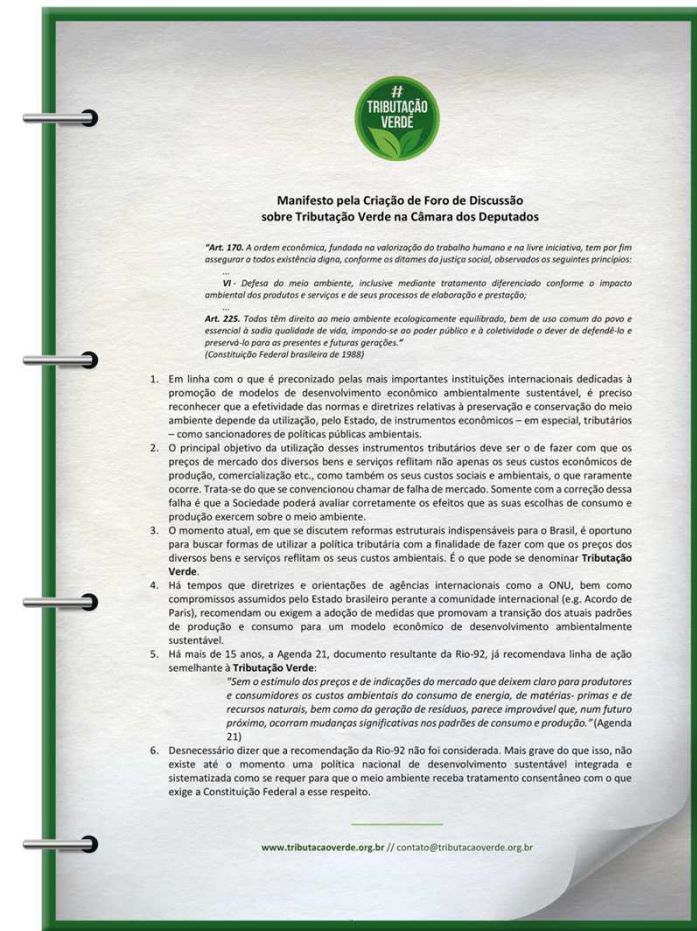


Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas Tributação Verde

Iniciativa da Abralatas: Manifesto Discussão TV

- Planejamento ambiental e energético da Comissão Europeia 2020-2030: garantir segurança regulatória para investimento em tecnologias de baixo carbono e formação de cadeias produtivas, elementos essenciais para a consolidação de uma indústria limpa.

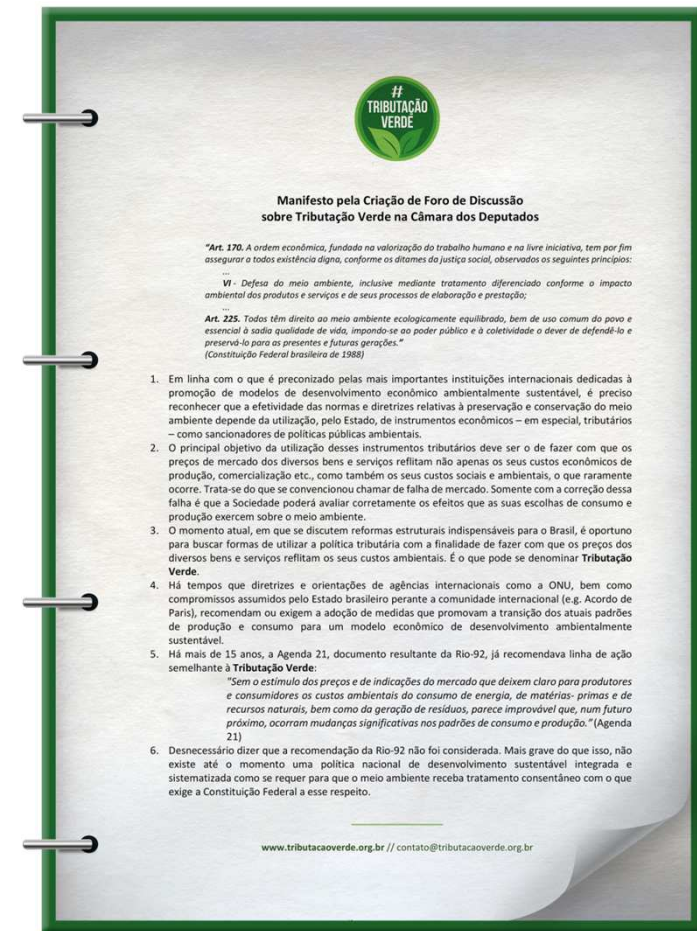


Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas Tributação Verde

Iniciativa da Abralatas: Manifesto Discussão TV

- **Ayres Britto:** Incentivos de caráter tributário são forma de cumprimento do dever estatal de proteger e preservar o meio ambiente com princípio da ordem econômica;
- **Ives Gandra da Silva Martins:** extrafiscalidade torna o direito tributário instrumento de justiça social e desenvolvimento econômico, servindo para impor tratamento tributário diferenciado a produtos e serviços de acordo com o respectivo impacto ambiental.



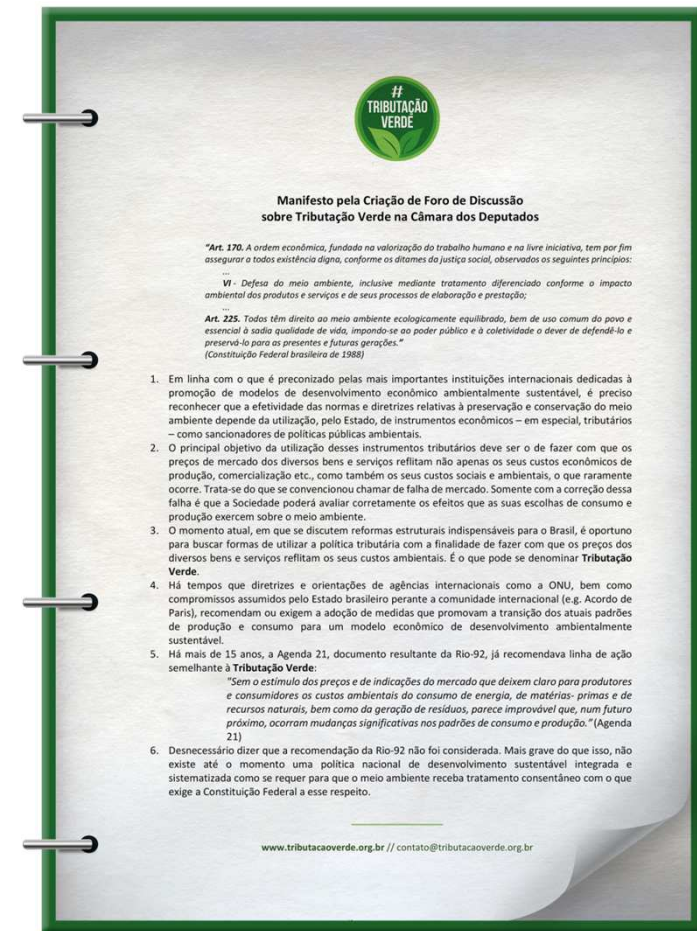
Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas Tributação Verde

Iniciativa da Abralatas: Manifesto Discussão TV

Proposta preliminar da Abralatas para discussão no foro → Parecer Everardo Maciel. Recomendações:

- Alterações apenas na legislação infraconstitucional;
- Instituição de políticas tributárias que desestimulem os produtos e tecnologias poluidoras e estimulem as suas alternativas ambientalmente amigáveis;
- Utilização de tributos já existentes, sem finalidade arrecadatórias, com o único objetivo de intervir em práticas econômicas e condutas sociais (extrafiscalidade);
- Instrumentos: PIS/Cofins, IPI, CSSL, IRPJ e CIDE;
- E. g.: desonerar cadeia da reciclagem do PIS/PASEP e da COFINS; majoração do IPI de produtos poluentes; criação de CIDE ambiental (mediante lei, com amparo no art.149 da CF).



Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas
Tributação Verde

Apoiadores do Manifesto (destaques, até 05.11.18):

- Associação Brasileira do Alumínio (Abal);
- Associação Brasileira da Embalagem de Aço (Abeaço);
- Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa);
- Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon);
- Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig);
- Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar);
- Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat);
- Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF);
- Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip);
- Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco);
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan);
- Instituto Escolhas;
- Instituto Lixo Zero Brasil;
- União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio).



Adesões: www.tributacaoverde.org.br

Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas Tributação Verde

Tributação Verde: reforço para a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

A TV favorecerá o retorno dos resíduos ao processo produtivo (logística reversa), levando ao aumento da renda e do emprego de recicladores e de catadores e reduzindo a poluição.

- “Art. 7º São objetivos da PNRS:
(...)
III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- Art. 8º São instrumentos da PNRS:
(...)
IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:
(...)
II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
- Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios (...), a:
I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional.”

(Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010)



Economia Circular.

Programa de responsabilidade social da Abralatas Tributação Verde

- Lançamento do site www.tributacaoverde.org.br com informações sobre o assunto e ferramenta para assinatura do Manifesto em apoio ao debate sobre a Tributação Verde;
- Publicação da coleção “Transição para uma nova ética tributária: a sustentabilidade como objetivo econômico”.
 - ✓ O terceiro volume, em preparação, contará com parecer do ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.



Obrigado!

renault.castro@abralatas.org.br



CONHEÇA A ABRALATAS EM: WWW.ABRALATAS.ORG.BR



Twitter: www.twitter.com/abralatas



LinkedIn: Abralatas



Facebook: Abralatas



YouTube: Canal Abralatas